



## **INFORMATIVO 298 DO TST**

Comentado por Breno Mustafa

### **SUBSEÇÃO I ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (SDI-1)**



**SDI-1 do TST suspende julgamento sobre adicional de risco previsto no art. 14 da Lei nº 4.860/65 para trabalhadores portuários com vínculo empregatício e definição de questões envolvendo a aplicação desse adicional aos trabalhadores portuários avulsos (sem vínculo empregatício).**

**Trabalhador portuário avulso. Adicional de risco. Entendimento fixado pelo STF no julgamento do RE 597124 (Tema 222 de Repercussão Geral). Divergência entre as Turmas e as Seções Especializadas. Matéria suspensa para a apreciação do Tribunal Pleno.**

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, em sua composição plena, por unanimidade, nos termos do art. 72 do RITST, decidiu suspender a proclamação do resultado do julgamento para encaminhar os autos ao Tribunal Pleno para deliberação sobre a questão referente à extensão aos trabalhadores portuários avulsos do adicional de risco previsto no art. 14 da Lei nº 4.860/1965



e devido aos trabalhadores portuários com vínculo empregatício permanente. **TST-EEDEDRR-187200 81.2003.5.09.0322, SBDI-I, rel. Min. Delaíde Alves Miranda Arantes, julgado em 20/2/2025.**

Para compreender a questão, é necessário entender como funciona a dinâmica básica do trabalho nos portos:

O **armador** é a pessoa responsável pela embarcação (pode ser proprietário ou não da embarcação). Quando um navio chega no porto (transporte aquaviário), o armador entra em contato com um **operador portuário** para fazer a movimentação da mercadoria.

**Os operadores portuários são pessoas jurídicas que exercem atividades de movimentação de passageiros ou movimentação e armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, dentro da área do porto organizado (porto público).**

Para realizar a movimentação da mercadoria, o operador portuário entra em contato com o **Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO**, que disponibilizará os trabalhadores portuários avulsos.

O **OGMO não é um órgão de representação dos trabalhadores**, sendo constituído/criado pelos operadores portuários. O OGMO treina, registra e cadastra trabalhadores portuários avulsos, realiza as escalas dos trabalhadores



e responde solidariamente pela remuneração dos avulsos e pelas indenizações decorrentes de acidente de trabalho.

Em resumo, é realizado um negócio jurídico entre o armador e o operador portuário para que este realize a movimentação da carga, sendo que o operador portuário realiza a atividade através dos trabalhadores avulsos que são disponibilizados pelo OGMO.

Além dos trabalhadores portuários avulsos, também há os trabalhadores portuários com vínculo empregatício. O operador portuário pode contratar empregados dentre os trabalhadores avulsos **registrados** no OGMO (existem registrados e cadastrados, mas somente os registrados podem ter o vínculo empregatício).

A Lei nº 4.860/65, por sua vez, prevê um adicional de riscos para os trabalhadores portuários com vínculo empregatício (a previsão legal **não** é destinada aos avulsos):

Art. 14. A fim de remunerar os riscos relativos à insalubridade, periculosidade e outros porventura existentes, fica instituído o "adicional de riscos" de 40% (quarenta por cento) que incidirá sobre o valor do salário-hora ordinário do período diurno e



substituirá todos aqueles que, com sentido ou caráter idêntico, vinham sendo pagos.

Apesar de a lei ser destinada aos trabalhadores portuários com vínculo empregatícios, os avulsos questionam o direito ao recebimento desse adicional em razão da isonomia e sujeição aos mesmos riscos.

Sobre essa questão, o **STF** definiu em 2020 a seguinte tese no RE 597124 (Tema 222 da lista de repercussão geral) **\*\*\*IMPORTANTE\*\*\***:

***“Sempre que for pago ao trabalhador com vínculo permanente, o adicional de riscos é devido, nos mesmos termos, ao trabalhador portuário avulso”***

O entendimento fixado do STF tem como base interpretativa o princípio da isonomia material e o que dispõe o art. 7º, XXXIV, da Constituição:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso



Após a definição dessas questões pelo STF, o TST passou a ter grande divergência sobre a aplicação do adicional de riscos aos avulsos:

- (1)** Considerando a tese do Supremo, seria necessário ao trabalhador portuário avulso indicar um paradigma, indicar que existe um trabalhador portuário com vínculo empregatício no local em que trabalha e que recebe o adicional de riscos? Ou basta a existência do risco para que o avulso receba o adicional (afinal, caso existisse um portuário empregado este teria o direito e, portanto, o avulso deve ter o direito também, independentemente da presença efetiva do portuário empregado).
- (2)** O adicional de riscos pode ser pago a portuário avulsos que trabalham fora do porto organizado? (existem instalações portuárias aos arredores do porto organizado onde também trabalham portuários avulsos e empregados)

Sobre esse segundo ponto das divergências, o TST já tinha sedimentado a questão nas Orientações Jurisprudenciais 316 e 402 da SDI-1, onde se afirma que o adicional de riscos somente é devido aos trabalhadores portuários que realizam seu trabalho dentro da área do porto organizado (porto público), não sendo devido aos trabalhadores que realizam o labor nas instalações privadas fora da área do porto (ex: nos terminais de uso privado – TUP ou nas estações de transbordo de carga).

Vejamos o que dizem as OJs:



#### **OJ 316**

##### **PORTUÁRIOS. ADICIONAL DE RISCO. LEI Nº 4.860/65.**

O adicional de risco dos portuários, previsto no art. 14 da Lei nº 4.860/65, deve ser proporcional ao tempo efetivo no serviço considerado sob risco e apenas concedido àqueles que prestam serviços na área portuária.

#### **OJ 416**

##### **ADICIONAL DE RISCO. PORTUÁRIO. TERMINAL PRIVATIVO. ARTS. 14 E 19 DA LEI N.º 4.860, DE 26.11.1965. INDEVIDO.**

O adicional de risco previsto no artigo 14 da Lei nº 4.860, de 26.11.1965, aplica-se somente aos portuários que trabalham em portos organizados, não podendo ser conferido aos que operam terminal privativo.

Apesar do que estava consagrado nessas orientações jurisprudenciais, a decisão do STF fez com que o TST passasse a divergir sobre a extensão do adicional de riscos aos portuários em área fora do porto organizado, já que naqueles locais também há riscos e a isonomia pode ser fator que determine o pagamento do adicional também nesses locais.



O julgamento foi suspenso para análise da questão no Tribunal Pleno.



**TST entende que transporte de valores prestado à diversos tomadores, sem personalidade e fora do estabelecimento das empresas contratantes não caracteriza terceirização e não atrai a incidência da Súmula 331, IV**

**Transporte de valores. Prestação de serviços de forma simultânea a vários tomadores. Ausência de responsabilidade subsidiária. Não incidência da Súmula nº 331, IV, do TST.**

Ante a sua natureza eminentemente comercial, é inaplicável ao contrato de transporte de valores a responsabilidade subsidiária prevista na Súmula nº 331, IV, do TST. Com efeito, o ajuste para a realização de traslado ocorre mediante remuneração e sem imposição de prestação de trabalho pessoal do empregado nas dependências da empresa tomadora de serviço, não se confundindo, assim, com a terceirização. Nesse contexto, a SBDI-I, por unanimidade, conheceu do recurso de embargos e, no mérito, por maioria, negou-lhes provimento. Vencidos os Ministros Augusto César Leite de Carvalho, relator, José Roberto Freire Pimenta, Cláudio Mascarenhas Brandão, Renato de Lacerda Paiva, Lelio Bentes Corrêa e Mauricio Godinho Delgado. TST-EAgRR-1122-19.2015.5.02.0074, SBDI-I, red. p/ o acórdão Min. Breno Medeiros, julgado em 20/2/2025.



A terceirização forma-se a partir da existência de uma relação jurídica trilateral, onde o tomador (empresa contratante) celebra um negócio jurídico com o prestador de serviços (empresa contratada), deslocando parcela de sua atividade econômica para que esta última a realize através de seus próprios empregados.

O caso analisado pelo TST dizia respeito à empregado de empresa de transporte de valores que prestava serviços à 02 (duas) instituições financeiras, realizando o recolhimento e entrega de valores em agências e terminais de auto-atendimento.

Nesse caso, o TST entendeu que não haveria uma relação jurídica trilateral que viabilize a responsabilização subsidiária. A jurisprudência costuma utilizar a argumentação de que a natureza comercial prevalecente em certos negócios afasta a terceirização. Apesar de, na terceirização, ser celebrado um contrato comercial entre tomador e prestador (este último celebra o contrato de trabalho com os terceirizados), as peculiaridades de certos negócios jurídicos atraem (gravitação jurídica) a conclusão de que não há terceirização.

No caso, os argumentos utilizados para concluir pela prevalência da natureza comercial foram a ausência de personalidade e prestação de serviços fora do estabelecimento dos possíveis tomadores.





O primeiro argumento parece destoar da lógica normal da terceirização, porque o terceirizado realmente não presta serviços com personalidade (a empresa de prestação de serviços pode enviar qualquer trabalhador para realizar a atividade).

De todo modo, esse foi um critério determinante usado para afastar a incidência da Súmula 331, IV, do TST:

#### Súmula 331

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

A prestação de serviços fora do estabelecimento dos possíveis tomadores também não costuma ser critério determinante para analisar se o caso diz respeito à terceirização ou não.

O art. 4º-A da Lei nº 6.019/74 disciplina o que seria uma terceirização sem utilizar esse critério como base para a compreensão do instituto:



Café TST

Art. 4º-A. Considera-se prestação de serviços a terceiros **a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades**, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução.

Segundo a definição legal, a terceirização está caracterizada quando há a transferência, o deslocamento, de parcela da atividade econômica para uma outra empresa, seja atividade-meio ou atividade-fim do empreendimento.

A análise a partir do critério de transferência da atividade também pode ser extraída pela tese firmada pelo STF no Tema 725 de repercussão geral:

**“É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante”**

Nesse mesmo sentido, o STF destacou na ADPF 324 que a terceirização se relaciona com a transferência da atividade de uma empresa para outra:

**I - É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da**



contratada; II - A terceirização, compete à contratante: i) verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada; e ii) responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias, na forma do art. 31 da Lei 8.212/1993.

No caso, como o transporte de valores estava sendo realizado em benefício de instituições financeiras, há aparente terceirização, já que essa é uma atividade relacionada à atividade bancária, sendo que a própria lei que trata do transporte de valores explica que esse transporte pode ser realizado através de empresa interposta, especializada no transporte, ou pela própria instituição financeira:

Art. 3º/Lei nº 7.102/83: A vigilância ostensiva e o **transporte de valores serão executados:**

I - por empresa especializada contratada; ou

**II - pelo próprio estabelecimento financeiro,** desde que organizado e preparado para tal fim, com pessoal próprio, aprovado em curso de formação de vigilante autorizado pelo Ministério da Justiça e cujo sistema de segurança tenha parecer favorável à sua aprovação emitido pelo Ministério da Justiça.

Apesar do que prevaleceu no TST nesse julgado, é importante destacar que na justificativa de voto divergente do Ministro Augusto César Leite de Carvalho, foram apresentados diversos julgados nos quais houve o entendimento de que



o transporte de valores realizado em benefício de instituições financeiras caracteriza terceirização, havendo, inclusive, precedente da SDI-1.

Por fim, é interessante pontuar que no último dia 24/03/2025 o TST firmou tese vinculante no sentido de que a existência de múltiplos tomadores não afasta a terceirização (\*\*IMPORTANTE\*\*):

**A prestação de serviços terceirizados de forma concomitante a uma pluralidade de tomadores não afasta a sua responsabilidade subsidiária, bastando a contratação de que se beneficiam dos serviços prestados.”**  
(Processo nº [10902-17.2022.5.03.0136](#))



**TST afasta exigência de depósito prévio de multa por interposição de agravo manifestamente inadmissível, relativizando o art. 1.021, § 5º, do CPC e OJ 389 da SDI-1 que exigem a realização do depósito para exame de outro recurso**

**Agravo interno manifestamente inadmissível ou improcedente. Aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, do CPC). Recurso que pretende discutir a legalidade da penalidade. Depósito prévio do valor da multa (art. 1.021, § 5º, do CPC). Condicionante recursal afastada. Não incidência da Orientação Jurisprudencial nº 389 da SBDI-I.**

A Subseção, ao interpretar o § 5º do art. 1.021 do CPC e a ratio decidendi da Orientação Jurisprudencial nº 389 da SBDI-I, entendeu que o recolhimento



imediatamente da multa prevista no § 4º do dispositivo mencionado não se aplica ao recurso cujo mérito discute, exclusivamente, a legalidade da própria penalidade imposta, sob pena de afronta às garantias constitucionais da inafastabilidade da jurisdição, da ampla defesa e do contraditório e do devido processo legal. Sob esses fundamentos, a SBDI-I, por maioria, deu provimento ao recurso de agravo para determinar o processamento dos embargos. Vencidos os Ministros Augusto César Leite de Carvalho, Hugo Carlos Scheuermann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos e Aloysio Corrêa da Veiga e a Ministra Dora Maria da Costa. TST-Ag-E-Ag-AIRR-10569-87.2015.5.03.0014, SBDI-I, red. p/ o acórdão Min. Evandro Pereira Valadão Lopes, julgado em 20/2/2025.

Havendo a interposição de agravo interno manifestamente inadmissível ou julgado improcedente por unanimidade de votos, a lei afirma que deve ser aplicada multa de 1% a 5% sobre o valor da causa e condiciona a interposição de novos recursos à realização do depósito prévio:

#### Art. 1021

§ 4º Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.



Café TST

Deusa não refletir

§ 5º A interposição de qualquer outro recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que farão o pagamento ao final.

Essa mesma ideia está disposta na OJ 389 da SDI-1:

Constitui ônus da parte recorrente, sob pena de deserção, depositar previamente a multa aplicada com fundamento nos §§ 4º e 5º, do art. 1.021, do CPC de 2015 (§ 2º do art. 557 do CPC de 1973), à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de justiça gratuita, que farão o pagamento ao final.

No caso, considerou-se que quando o recurso que atacar a imposição da multa versar exclusivamente sobre essa questão, não há exigência de realização do depósito prévio, porque não haveria como exigir o recolhimento sem que houvesse ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa, inafastabilidade da jurisdição e devido processo legal.

Ou seja, quando o depósito prévio deixar de ser uma questão meramente processual, que deveria ser avaliada no âmbito dos pressupostos recursais, e



passar a ser uma questão de mérito do recurso, não há exigência do depósito prévio.

No final das contas, o TST aplicou a **teoria da derrotabilidade** das regras jurídicas (*defeasibility*).

Segundo essa teoria, o legislador não tem como prever e positivar, aprioristicamente, todas as exceções das regras que estabelece. Em certas situações, é possível observar que determinadas regras jurídicas positivadas na lei acabam contrariando outros valores (princípios) que acabam impondo, no caso concreto, o afastamento da regra.

É justamente esse o caso.

Houve a interposição de um agravo manifestamente inadmissível. Houve a aplicação da multa. Tudo isso está previsto e determinado no art. 1.021, § 4º, do CPC.

Nessa situação, a lei também determina, expressamente, que novo recurso depende do recolhimento do depósito prévio (art. 1.021, § 5º, do CPC).

Mas, como a parte quer discutir exatamente a legalidade da penalidade que lhe foi imposta e, até esse momento, não teve oportunidade de realizar essa



discussão, existem valores constitucionais que impõem a relativização da regra prevista na lei.

Por isso, não há como afirmar que o TST proferiu, por exemplo, uma decisão que seria ilegal, já que a leitura sistemática do ordenamento jurídico impõe, nesse caso, a relativização da regra.

## **SUBSEÇÃO II ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS (SDI-2)**



**TST determina redução do percentual da penhora de parcela de natureza remuneratória do devedor a fim de preservar o princípio da dignidade humana**

**Recurso ordinário em mandado de segurança. Execução. Determinação de penhora de vencimentos. Satisfação de crédito trabalhista. Redução do percentual. Princípio da dignidade da pessoa humana.**

Embora não se configure ilegalidade a penhora de vencimentos de servidor público para a satisfação do crédito trabalhista, o percentual de bloqueio deve ser revisto, ainda que observado o limite estabelecido no art. 529, §3º, do CPC, quando comprovada a oneração excessiva do executado, de modo a privá-lo dos meios necessários à subsistência. Assim, em atenção ao princípio da dignidade da pessoa humana, a SBDI-II, por unanimidade, conheceu do recurso ordinário e, no mérito, deu-lhe provimento parcial para reformar o acórdão recorrido e





restabelecer o ato impugnado, que determinou a penhora incidente sobre os vencimentos da impetrante, limitando-a, contudo, a 5% (cinco por cento). TST-ROT-1004552-43.2022.5.02.0000, SBDI-II, rel. Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, julgado em 18/2/2025.

Sobre essa questão, inicio ressaltando que no último dia 24/03/2025, o TST firmou o seguinte precedente vinculante (**\*\*\*IMPORTANTE\*\*\***):

**Na vigência do Código Civil de 2015, é válida a penhora de rendimentos para pagamento do crédito trabalhista, desde que observado o limite máximo de 50% dos rendimentos líquidos e garantido o recebimento de pelo menos um salário mínimo legal pelo devedor” (Processo nº [271-98.2017.5.12.0019](#))**

O art. 833, IV, do CPC prevê a impenhorabilidade de parcelas de natureza alimentar:

Art. 833. São impenhoráveis:

IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador



autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2º ;

Conforme parte final do inciso IV, o § 2º do art. 833 estabelece uma exceção e permite a penhora de parcelas remuneratórias dizendo o seguinte:

§ 2º O disposto nos incisos IV e X do caput não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no [art. 528, § 8º](#), e no [art. 529, § 3º](#).

Ou seja, a norma admite a penhora de parcelas remuneratórias para pagamento de “prestação alimentícia”.

Na vigência do antigo CPC/73, existia um dispositivo semelhante (art. 649) que também tratava dessa questão. A norma revogada utilizava a expressão “São **absolutamente** impenhoráveis” em seu *caput* para fazer referência às parcelas remuneratórias. Além disso, também existia um parágrafo que excepcionava a impenhorabilidade para pagamento de “prestação alimentícia”, mas não existia a previsão “**independentemente de sua origem**” no código anterior.



Por causa disso, naquela época se entendia que a exceção legal que admitia a penhora para pagamento de prestação alimentícia dizia respeito à pensão alimentícia, devida no âmbito do direito de família.

Veja a norma “espelho” do código revogado:

~~Art. 649. São **absolutamente** impenhoráveis:~~

~~IV – os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, (...)~~

~~§ 2º O disposto no inciso IV do caput deste artigo não se aplica no caso de penhora para pagamento de prestação alimentícia.~~

Considerando que o CPC/2015 aboliu a expressão “absolutamente” e introduziu a expressão “independentemente de sua origem”, o TST modificou sua OJ 153 e passou a entender pela possibilidade de penhora de parcelas remuneratórias para pagamento de crédito trabalhista, que tem natureza alimentar.

A orientação jurisprudencial foi modificada para demarcar que apenas as penhoras realizadas na vigência do CPC/73 seriam ilegais:



Orientação Jurisprudencial 153/TST-SDI-II -  
03/12/2008 - Execução trabalhista.  
Impenhorabilidade. Ordem de penhora sobre valores  
existentes em conta salário. Ilegalidade. [CPC/1973,](#)  
[art. 649](#), IV e § 2º (atualizada em decorrência  
do [CPC/2015](#)) .

Ofende direito líquido e certo decisão que determina  
o bloqueio de numerário existente em conta salário,  
para satisfação de crédito trabalhista, ainda que seja  
limitado a determinado percentual dos valores  
recebidos ou a valor revertido para fundo de aplicação  
ou poupança, visto que o art. 649, IV, do [CPC](#) de 1973  
contém norma imperativa que não admite  
interpretação ampliativa, sendo a exceção prevista no  
art. 649, § 2º, do [CPC](#) de 1973 espécie e não gênero  
de crédito de natureza alimentícia, não englobando o  
crédito trabalhista.

Apesar de ser permitida a penhora de parcelas remuneratórias para pagamento  
do crédito trabalhista (limitada à 50% dos ganhos líquidos do devedor – art. 529,  
§ 3º, do CPC), não é possível deixar o executado sem nada, privando-o do  
sustento básico com alimentação, moradia, vestuário, etc (direitos fundamentais  
básicos).



Por isso, o TST costuma analisar o caso concreto e avaliar se a penhora ofendeu o princípio da dignidade do devedor.

E, na tese vinculada citada anteriormente, o TST definiu que o devedor não pode ficar com menos de um salário-mínimo disponível para manutenção do seu sustento. O caso concreto pode revelar a variação desse patamar, mas menos que um salário-mínimo não é possível de forma alguma). Por exemplo, é possível que um executado ganhe R\$ 3.000,00, mas, ainda assim, a penhora se revele ofensiva à dignidade do devedor. É preciso avaliar o caso concreto. Nessa hipótese, caso se trate de um idoso que custeia plano de saúde, possui vários dependentes e muitas dívidas, é possível vislumbrar que a penhora de qualquer valor poderia ser ofensiva à dignidade humana.

No julgado examinado, como visto, as ponderações realizadas pelo TST determinaram a redução da penhora ao patamar de 5% dos ganhos do executado.



**TST desconstitui coisa julgada por incompetência material da Justiça do Trabalho, entendendo que relação jurídica existente entre advogado e cliente não possui natureza trabalhista.**

**Ação rescisória. Competência material. Lide entre advogado e cliente. Competência da Justiça Comum. Compete à Justiça Comum processar e julgar ações de cobrança decorrentes da relação civil estabelecida entre**



**advogado e cliente, pois não se confunde com a relação de trabalho prevista no art. 114, I, da Constituição Federal.**

No caso, o patrono ajuizou ação pretendendo a cobrança de honorários advocatícios, além de indenização por danos morais e materiais contra a parte que o contratou. Sob esses fundamentos, a SBDI-II, por unanimidade, admitiu a ação rescisória e, no mérito, julgou procedente a pretensão, declarando a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho para apreciar e dirimir a causa, determinando a remessa dos autos à Justiça Comum. TST-AR-1000771 72.2019.5.00.0000, SBDI-II, rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, julgado em 04/02/2025.

A jurisprudência do TST mantém posicionamento histórico no sentido de que não compete à Justiça do Trabalho processar e julgar lides decorrentes da relação de advogado e cliente.

Um advogado havia proposto uma demanda na Justiça do Trabalho para cobrança de honorários e indenizações por danos morais e materiais. No feito originário, o TRT havia entendido que a relação jurídica constituída entre as partes seria de trabalho, na forma do art. 114, I, da Constituição:

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: [\(Vide ADIN 3392\)](#) [\(Vide ADIN 3432\)](#)



I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

O então reclamado interpôs recurso de revista alegando violação aos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor, defendendo a tese de que a relação jurídica estabelecida entre as partes seria de consumo e que, por isso, a Justiça do Trabalho não teria competência material para processar e julgar a causa.

O recurso não foi conhecido, uma vez que as normas apontadas no recurso não foram violadas, já que a relação jurídica estabelecida não seria de consumo.

Na ação rescisória, considerou-se que a relação jurídica mantida entre as partes é de natureza cível, regulada pela Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB), motivo pelo qual realmente não existiria uma relação de trabalho e a causa não seria de competência da Especializada.

Esse também é o entendimento da Súmula 363 do STJ:

Compete à Justiça estadual processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente



Diante disso, a ação rescisória foi julgada procedente para desconstituir a coisa julgada e determinar a remessa dos autos à Justiça Comum para julgar a ação de origem, em conformidade com os arts. 64, § 3º, e 966, II, do CPC:

Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente;

Art. 64. A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.

§ 3º Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.



**TST entendeu que a aplicação da teoria da causa madura quando a demanda ainda precisa de instrução probatória ofende devido processo legal, contraditório e ampla defesa**

**Teoria da causa madura. Ausência de condições de imediato julgamento. Necessidade de dilação probatória. Afronta aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório. Viola a garantia do devido**





processo legal, da ampla defesa e do contraditório a aplicação da teoria da causa madura (art. 515, § 3º, do CPC/1973) em lide onde se evidencia a interrupção prematura da instrução probatória. No caso, a ação subjacente versou acerca de reparação moral e material decorrente do homicídio de empregada enquanto prestava serviços a bordo de navio de cruzeiro. O magistrado de primeiro grau, antes de apreciar o pedido de produção de provas, declarou a incompetência material da Justiça do Trabalho para exame da matéria. Interposto recurso ordinário, o Tribunal Regional afastou a preliminar e procedeu de imediato ao julgamento de mérito dos pedidos, aplicando ao caso a teoria da causa madura, sem considerar que a instrução processual ainda se encontrava pendente. Assim, o Tribunal Regional não poderia proceder ao exame de imediato do mérito dos pedidos sem que houvesse a apreciação do pedido de produção de provas perante a instância ordinária ou o encerramento da instrução processual. Sob esses fundamentos, a SBDI-II, por maioria, conheceu do agravo e, no mérito, negou-lhe provimento, mantendo a decisão que julgou parcialmente procedente a pretensão rescisória e determinou a reabertura da instrução perante o juízo de primeiro grau. Vencidos os Ministros Mauricio Godinho Delgado e Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e a Ministra Liana Chaib. TST-AgROT 102196-06.2017.5.01.0000, SBDI-II, rel. Min. Morgana de Almeida Richa, julgado em 18/02/2025.

No código processual vigente, a teoria está prevista no art. 1.013, § 3º:

Art. 1.013. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.



§ 3º Se o processo estiver em condições de imediato julgamento, o tribunal deve decidir desde logo o mérito quando:

I - reformar sentença fundada no [art. 485](#);

II - decretar a nulidade da sentença por não ser ela congruente com os limites do pedido ou da causa de pedir;

III - constatar a omissão no exame de um dos pedidos, hipótese em que poderá julgá-lo;

**A teoria da causa madura representa uma exceção ao duplo grau de jurisdição e, apesar de o tribunal julgar o pedido pela primeira vez, não representa violação do juiz natural e nem supressão de instância.**

Entende-se que o legislador realizou uma ponderação e, nos casos em que o processo está em condições de julgamento imediato, o tribunal deve enfrentar o mérito, não devolvendo os autos ao primeiro grau, a fim de prestigiar o princípio constitucional da razoável duração do processo. Nessas situações, a norma afasta **a garantia de duplo grau de jurisdição (que não é absoluta – vide ações de competência originária do STF)** e entende não haver supressão de instância nem ofensa ao juiz natural, já que a demanda chegou ao tribunal, que também tem competência para examinar a causa e o retorno dos autos atrasaria demais o andamento do processo.



No caso examinado pelo TST, o TRT havia afastado o entendimento de que a Justiça do Trabalho seria incompetente para processar e julgar a causa. No mesmo acórdão, o TRT adentrou no mérito dos pedidos e julgou a causa, aplicando o art. 1.013, § 3º, I, do CPC (reformular a sentença fundada no art. 485 do CPC).

Acontece que, segundo o TST, **a causa não estava madura**. É preciso sempre observar o § 3º do art. 1.013 do CPC, que dispõe que o tribunal deve decidir o mérito **se o processo estiver em CONDIÇÕES de imediato julgamento**.

Isso significa que somente se não houver necessidade de produção de provas é que o tribunal pode enfrentar o pedido, não sendo feito o julgamento imediato em todas as situações de reforma da sentença que reconheceu a incompetência do Justiça do Trabalho.

**Ouçá os comentários dessas e de outras decisões do TST no Spotify no canal Café TST.**